



## ENTRE O CONCEBIDO E O VIVIDO: PRÁTICAS DE LAZER EM DUAS PRAIAS ARTIFICIAIS DE ALTAMIRA-PA.

Francivaldo José da Conceição Mendes<sup>1</sup>  
Márcio Douglas Brito Amaral<sup>2</sup>  
José Queiroz de Miranda Neto<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente trabalho discute as práticas de lazer que se expressam em duas praias artificiais na cidade de Altamira-PA. A partir da mediação sócio-histórica, buscamos entender as contradições emergentes de uma lógica pautada por universalidades e outra que materializa singularidades. Objetivamos compreender como essas duas novas espacialidades, produzidas no contexto da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, reverberam nas práticas do lazer revelando o tensionamento entre uma dimensão racional e outra ligada ao plano do vivido. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, realizada entre os anos de 2019 e 2021. A pesquisa de campo consistiu em uma observação sistemática, registros fotográficos e em entrevistas estruturadas. Nos dois espaços investigados, os resultados sugerem, em relação às práticas de lazer, a existência de uma unidade contraditória. De um lado, a produção de espacialidades fundamentadas em externalidades, é o plano do concebido, do outro; práticas subjacentes a essa dimensão racional, é o plano do vivido. O tensionamento entre essas dimensões revela o *modus operandi* com que o capital se reproduz em cidades como Altamira-PA, isto é, promovendo rupturas e instituindo um discurso hegemônico, ainda que práticas sociais escapem a esse domínio.

**Palavras-chave:** Praias artificiais, lazer, Altamira-PA.

### ABSTRACT

This work discusses the leisure practices that are expressed in two artificial beaches in the city of Altamira-PA. From the socio-historical mediation, we seek to understand the contradictions emerging from a logic guided by universalities and another that materializes singularities. We aim to understand how these two new spatialities, produced in the context of the construction of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant, reverberate in leisure practices, revealing the tension between a rational dimension and another linked to the lived plan. This is a study with a qualitative approach, carried out between 2019 and 2021. The field research consisted of systematic observation, photographic records and structured interviews. In the two spaces investigated, the results suggest, in relation to leisure practices, the existence of a contradictory unit. On the one hand, the production of spatialities based on externalities is the plan conceived, on the other; practices underlying this rational dimension, is the plan of what is lived. The tension between these dimensions reveals the *modus operandi* with which capital reproduces itself in cities like Altamira-PA, that is, promoting ruptures and instituting a hegemonic discourse, even if social practices escape this domain.

**Key-words:** Artificial beaches, leisure, Altamira-PA.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará - UFPA, francivaldo.edfisica@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Geografia. Docente Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará - UFPA, marcioamaral29@gmail.com

<sup>3</sup> Doutor em Geografia. Docente Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará - UFPA, geoneto@msn.com



## INTRODUÇÃO

O fenômeno do lazer não pode ser discutido apenas sob um ponto de vista universal. Sua ocorrência revela, além das contradições históricas, características singulares. Sendo as experiências do lazer nexos do cotidiano, é razoável buscar mediações que nos permita entender como esse fenômeno se manifesta no tempo-espaço.

Nossas reflexões, ancoradas em teóricos como Lefebvre (1991), Santos (2000) e Gomes (2004) e no campo empírico realizado em Altamira-PA, permitem-nos formular argumentos segundo os quais o lazer revela-se a partir de uma unidade contraditória. Trata-se de um conjunto de práticas cuja materialidade revela uma oposição e uma complementariedade socioespacial. Essa contradição socioespacial é base para discutirmos, a partir do lazer, uma ordem ligada ao planejamento técnico-racional, o concebido, e as práticas sociais não capturadas pelo ideário hegemônico, o plano do vivido.

Em Altamira-PA, duas praias às margens do rio Xingu, recentemente requalificadas, expressam essa ambivalência socioespacial. Trata-se da Praia Artificial da Orla de Altamira e da Praia Artificial do Massanori, ambas requalificadas no contexto da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte (UHBM).

Vinculadas a esse objeto técnico, essa nova formatação das praias inauguraram uma nova espacialidade do lazer, materializadas pela criação de formas artificializadas que na prática repercutem centralmente nos conteúdos da vida cotidiana. São formas espaciais pensadas dentro do arcabouço técnico-jurídico que fundamentaram a construção da referida UHBM, conforme consta no Plano Básico Ambiental (PBA). No discurso, são obras de melhorias e mitigação dos impactos socioambientais ou condicionantes.

Nesse contexto, elaboramos o seguinte problema: como as intervenções realizadas nas praias de Altamira (re)definem as práticas de lazer no local? Ademais, quais estratégias a empresa concessionária da UHBM se utiliza para legitimar, perante a opinião dos usuários, intervenções dessa natureza? E, finalmente, como os usuários avaliam essas novas espacialidades de lazer?

Tal estudo se justifica na medida em que se busca dar densidade a um debate que discuta o lazer para além da sua subsunção às forças hegemônicas, acrescentando ao debate uma dimensão subjacente a essa lógica concebida. Trata-se de caracterizar práticas que coexistem a ordem do domínio ou, dele escapando, configura-se em resíduos, em possibilidades reais de apropriação da cidade para e pelo lazer.



Dessa forma, considerando as recentes intervenções nas Praias Artificiais da Orla de Altamira e do Massanori em Altamira-PA, objetiva-se discutir o modo pelo qual as diferentes práticas de lazer coexistem nesses espaços, suscitando o debate em torno das categorias concebido e vivido, conforme Lefebvre (1991).

## **APORTE TEÓRICO**

A partir das categorias vivido e concebido, desenvolvidas por Lefebvre (1991), buscamos estabelecer mediações teórico-empíricas com vistas a compreender as práticas de lazer que se expressam em duas praias artificiais de Altamira-PA.

Convém destacar que, mesmo a teoria Lefebvriana privilegiando uma abordagem tríade (vivido, concebido e percebido) seu método de análise reflete, de acordo com Lencioni (2015), uma posição dialética. Desse modo, partimos dos pressupostos teórico-metodológicos encontrados no pensamento desse autor para problematizarmos o modo pelo qual os sujeitos vivenciam práticas de lazer num espaço submetido a lógicas racionalizadoras.

As praias aqui estudadas constituem-se em extensão do objeto técnico que lhe dá sentido: a Usina Hidrelétrica Belo Monte. De um modo geral, temos notado um considerável acúmulo de reflexões que tentam explicar as recentes transformações socioespaciais de Altamira atribuindo centralidade a intervenções como as “requalificações”, a criação dos RUCs, entre outras ações. Ao nosso ver, tais reflexões são importantes, mas não suficientes para explicar o fenômeno. Trata-se de evitar um campo cego de análise, refletindo-se para além da proeminência do processo.

Ainda que não seja o objetivo desse estudo aprofundar essa questão brevemente enunciada, convém a observação já que em nossa análise, discutir os projetos de requalificação urbana, como é o caso das Praias artificiais, é insuficiente para explicarmos e compreendermos a anatomia de projetos como a UHBM. Trata-se, como afirmou Santos (2017, p. 38-42) “da sobreposição da técnica à natureza cujos efeitos refletem o conteúdo social “

Ainda assim, em que pese a prevalência daquilo que Santos (1988) denominou de tecnosfera, é possível observarmos práticas que escapam a essa lógica. Desse modo, tendo por base a definição de lazer mobilizada por Gomes (2004, p. 125) é possível considerarmos a existência de práticas que suscitem um componente cultural, lúdico, para além da antinomia trabalho-lazer, ou nas palavras de Santos (2000, p. 34) “um lazer insurgente, rebelde às estatísticas”.

Assim, discutir práticas de lazer existentes em duas praias (artificiais) no interior da Amazônia, exige uma análise processual e de interdependência histórica. Afinal, em contextos



históricos e espaciais como os da cidade de Altamira-PA, é preciso considerar a ponderação feita por Harvey (2013, p. 20) segundo o qual, em certos espaços do mundo, o capital assume diferentes formas de reprodução. Essa lógica diferenciada e diferenciadora com que o capital se reproduz expressa seus limites, mas também seu potencial de subordinação do local ao global, ainda que, como afirmamos, essa hegemonização nunca é completa, trata-se de entendê-la como uma unidade contraditória. As práticas de lazer, dessa forma, não podem ficar adstritas a artificialidade do espaço.

A categoria lazer, de acordo com os estudos de Lefebvre (1991), é parte constitutiva do cotidiano. Assim, vida privada, trabalho e lazer, mesclam-se revelando as contradições desse mundo moderno. A crítica estabelecida por Lefebvre (1991) tem a ver com o fato de que na modernidade o lazer de festa tornou-se espetáculo. Trata-se da imposição de milites à fruição da vida, cuja dinâmica passa a ser mediada e condicionada pelos marcadores hegemônicos de uma ordem racional, tanto em relação às formas quanto em relação aos conteúdos. Nas cidades ocidentais, ou no urbano, essa caracterização moderna ganha proeminência suscitando um discurso, em geral, condicionante de comportamentos sociais.

Isso só é possível porque a cidade enquanto espaço da apropriação, da fruição da vida, está imersa numa ordem racional ou, como diz Lefebvre (1991), às linhas retas e inflexíveis dos tecnocratas. Um exemplo agregador desse ideário encontramos na poesia de Charles de Baudrillare (“os olhos dos pobres”), cujo conteúdo revela a violência material perpetrada contra os despossuídos na medida em que se institui uma estética urbana que não mais admite esses sujeitos.

Essa estética que até hoje predomina no hemisfério ocidental nega a diferença das formas-conteúdo e o faz privilegiando um padrão homogêneo, racional, enfim, destituído dos pobres<sup>4</sup>.

Com as devidas proporções históricas, é possível notarmos similaridades, no contexto de Altamira-PA, com esse ideário urbano-ocidental a que temos nos referido e exemplificado na poesia de Baudrillare. No contexto de Altamira consideramos que, para além da expulsão dos pobres do centro da cidade, expulsaram-nos da margem do rio Xingu, institucionalizando uma estética urbana condicionadora de práticas sociais e de negação do rio como elemento orgânico da vida desses sujeitos.

---

<sup>4</sup> A terminologia aqui referenciada articula-se à poesia de Baudrillare que, evidentemente, deve ser considerada no seu contexto histórico bem como no recurso da estética literária evocada pelo autor. Não convém, então, problematizarmos a valoração histórico-social que eventualmente possa emergir da sua conotação semântica.



As praias artificiais (em Altamira são três: Praia artificial do Adalberto, Praia artificial da Orla, Praia artificial do Massanori), no contexto do grande projeto Belo Monte, não apenas justifica a remoção compulsória dos sujeitos da margem do rio como, de forma indireta, cria uma espécie de fronteira intransponível àqueles sujeitos removidos da margem, da beira-rio. No tempo atual, é possível afirmarmos que os sujeitos (especialmente aqueles removidos para os RUCs) estão exilados do rio.

## **METODOLOGIA**

Considerando os fundamentos apresentados previamente, este estudo integra uma pesquisa de abordagem qualitativa, mais ampla, aprovada pelo CONEP (CAAE: 43998321.5.0000.0018). Os dados aqui apresentados vinham sendo coletados desde o ano de 2019.

Por ocasião da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) foi necessária a suspensão da coleta de dados *in-loco*. No segundo semestre de 2021, observando o bandeiramento e os cuidados sanitários, foi possível retomar a visita às praias e aplicação dos questionários. Trata-se então de uma pesquisa de campo realizada entre os anos de 2019-2021 com 30 usuários, sendo 15 usuários da praia artificial da orla de Altamira e 15 usuários da praia artificial do Massanori.

As visitas às duas praias ocorreram aos sábados e domingos no período diurno. Os dados foram sistematizados a partir da observação sistemática, registros fotográficos e da aplicação de questionários semi-estruturados (elaborados a partir da plataforma *google forms*) contendo 11 perguntas a respeito da dinâmica de uso dessas duas praias pelos respectivos usuários.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Na Amazônia, as praias de água doce são espacialidades comuns nas cidades banhadas por grandes rios como é o caso do Xingu, Tapajós, Tocantins, Amazonas, rio Negro, entre outros. Nesses rios, as praias refletem um caráter sazonal (em geral associadas a “inverno amazônico” ou à dinâmica da subida e/ou descida das marés). Nesses espaços prevalece uma indissociabilidade entre rio-praia-vegetação primária, favorecendo uma ótima interação dos sujeitos com esses locais. (figura 01)





Figura 01- Praia do Pajé em Altamira-PA, antes da UHBM.



Fonte: <https://mapio.net/pic/p-15398507/>

Diferentemente da Praia do Pajé (figura 01) as duas praias discutidas ao longo desse trabalho compõem o arranjo técnico-jurídico da Usina Hidrelétrica Belo Monte previstas no item 4.7.1 do Plano Básico Ambiental (PBA). A praia da orla está localizada no bairro centro, de frente para a ilha do Arapujá (figura 02). A praia do Massanori localiza-se a aproximadamente quinze quilômetros do centro da cidade e pode ser acessada tanto pela via rodoviária, quanto pela via fluvial (figura 02).



Figura 02- Mapa de localização da praia artificial da “Orla de Altamira” e do “Massanori”.



Fonte: Miranda Neto e Mendes (2021)

No contexto da criação das praias artificiais em Altamira, houve um completo descaso com as características de clima e vegetação existentes na cidade. Isso porque Altamira está localizada numa região de trópico úmido de modo que a quebra dessa dinâmica rio-praia-vegetação primária, provoca por óbvio uma intensa redefinição em toda dinâmica de uso. Como se verifica no mapa 01 toda a vegetação ripária fora suprimida, favorecendo uma ambiência de artificialidade refletindo o que Mendes (2018, p. 16) denominou de ações de fora para fora.

Por isso temos insistido que a discussão do lazer na Amazônia não pode ocorrer prescindindo do debate em torno das contradições sócio-históricas, especialmente da inserção dos grandes objetos técnicos. As espacialidades trazidas por Belo Monte não podem ser explicadas a partir delas mesmas, projetos como a UHBM reflete um modus operandi de reprodução do capital na Amazônia. No contexto da inserção dessas novas espacialidades do lazer (a criação das praias artificiais) ousamos afirmar que ocorreu uma ruptura na dinâmica de interação sujeitos com o rio enquanto espacialidade do lazer.

Essa ruptura configura-se mediante uma forçosa instrumentalização do rio como extensão do objeto técnico (no caso de Altamira, a Usina Hidrelétrica Belo Monte), que ocorre tanto pela negação dos conteúdos do plano vivido, quanto pela desconsideração da dinâmica florística existente nesses locais (figura 03).





Figura 03- praia da Massanori



Fonte: pesquisa de campo (2019)

A figura 03 expressa os elementos dessa problematização a que temos nos referido. A primeira e a mais significativa, refere-se a supressão de toda a vegetação primária o que, dada a alta temperatura da região, revela-se como uma significativa barreira para a apropriação dessa espacialidade pelos sujeitos.

Além disso, no padrão rio-praia-vegetação primária, a lógica que prevalece é a da apropriação. Como está realçado pelo conteúdo da figura 01, inexistente a necessidade de pagamento para usufruto do espaço, lógica redefinida no contexto da criação das praias artificiais, já que a temperatura alta exige a necessidade de barraca pelo que se paga em média R\$ 30,00 a título de aluguel.

Na praia do Massanori essa “sombra artificial” tem gerado muitos conflitos, inclusive gerando demandas junto ao Ministério Público Federal, sobre a disposição das barracas/quiosques. De início, prevalecia o aluguel de barracas desmontáveis como na figura 03. Em 2021, os proprietários dos pequenos restaurantes construíram pequenas barracas cobertas com palhas de babaçu que, sendo contestadas pelos órgãos de fiscalização, foram deslocadas para mais acima (figura 04).





Figura 04- disposição das barracas construídas pelos proprietários de restaurantes- Praia do Massanori



Fonte: pesquisa de campo (2021)

Pelo conteúdo da figura 04 é possível notarmos o que, no contexto dessa pesquisa, temos denominado da quebra do padrão rio-praia-vegetação primária, exigindo táticas coletivas dos diferentes sujeitos que se apropriam do espaço. O que não se pode relativizar é o modo como essas ocorrências refletem um modo de ser da reprodução ampliada do capital. Não se trata de compreender o processo pelos seus efeitos, antes disso é preciso buscar mediações que expliquem suas causas, sem desconsiderar as singularidades do local.

Isso nos possibilita compreender que, no plano vivido, diferentes práticas escapam a essa reificação (pois são anteriores ao evento e com ele passam a coexistir num tensionamento processual) configurando-se em verdadeiras insurgências. Tal afirmativa não quer dizer, sob nenhum aspecto, que o modo com que a acumulação por despossessão de que falou Harvey (2013) deva ser relativizada frente às táticas coletivas. Trata-se, tão somente, de caracterizar diferentes lógicas socioespaciais preexistentes a eventos como Belo Monte, como tentamos demonstrar a partir do padrão rio-praia-vegetação primária (figura 01).

A isso soma-se a afirmação de que no tempo atual parte dos sujeitos de Altamira estão exilados do rio. Essa constatação tem por base a observação empírica, mas também trabalhos



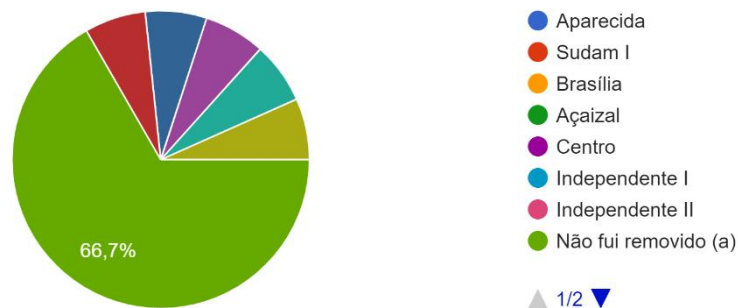
como o de Miranda Neto (2014) onde nos é apresentada a espacialização das remoções compulsórias ocorridas no contexto da UHBM.

Os resultados dessa pesquisa aqui discutidos revelaram a contradição instituída pela construção de Belo Monte, cujos efeitos incidem diretamente na dinâmica do lazer. Revelam-se diferentes barreiras, sendo que uma das principais é a impossibilidade de os moradores que antes moravam próximo ao Xingu e aos seus afluentes, e que foram removidos para os RUCs, acessarem esses espaços. Os resultados sugerem que os usuários da praia artificial do Massanori, em sua maioria, moram no centro da cidade ou em bairros próximos ao centro e que mais de 66% dos usuários não foram removidos por ocasião da UHBM (gráfico 01).

Gráfico 01- Usuários da Praia artificial do Massanori

Caso você tenha sido removido para um dos RUCs, em qual bairro você morava antes?

15 respostas



Fonte: pesquisa de campo (2021)

Esses dados, ainda que incipientes, suscitam importantes ponderações a respeito da dinâmica do lazer e do direito à cidade no contexto de grandes obras como é a UHBM. Ao afirmamos que, no tempo atual, os sujeitos encontram-se exilados do rio objetivamos dar ênfase a esse contexto em que as pessoas que antes moravam às margens ou sobre o rio simplesmente não mais o acessam. Esse é, sem dúvidas, um triste legado deixado por Belo Monte. Convém questionarmos, em reflexões futuras, a que ou a quem essas (re)definições espaciais interessam.

A praia artificial da Orla de Altamira em muito aspectos se assemelha a do Massanori. Para além das similitudes das formas, as práticas e os sujeitos que a frequentam reiteram essa espécie de segregação socioespacial criada por Belo Monte e enfatizada na dinâmica de uso da praia artificial do Massanori. A praia artificial da Orla atrai bastante usuários, especialmente aos sábados e domingos, mas conforme ocorre na praia do Massanori quase todos residem no centro ou nos bairros próximos ao centro da cidade.



Todavia, um fato merece destaque nessa análise. Trata-se da forma com que os usuários validam, no plano discursivo, as intervenções promovidas pela empresa concessionária de Belo Monte, como as praias artificiais. Essa anuência deferida pelos sujeitos em relação a forma espacial merece mais reflexão. A afirmação mais comum é a de que houve melhorias estruturais, tornando o espaço mais limpo e atrativo. Essa argumentação antecede quase que automaticamente a ideia de que, não fosse Belo Monte, a estrutura reputada como excelente não existiria.

Certamente, essa é uma relação de causa-efeito bastante problemática, especialmente porque condiciona um direito básico (o lazer) à implementação de um objeto técnico altamente nocivo ao conjunto social e natural como foi e é Belo Monte. Todavia, seria simplista imputar aos usuários das praias a co-responsabilização pela legitimidade da obra e dos seus efeitos.

Consideramos haver, conforme Harvey (2013), uma estratégia do capital que, para se reproduzir em escala global, transforma-se, subordinando o espaço e os sujeitos que nele habitam à sua lógica de dominação ou, nas palavras desse autor, à lógica da acumulação por espoliação.

No caso da criação das praias artificiais é possível verificar como essa nova espacialidade condiciona os conteúdos da vida cotidiana, numa evidente (trans)formação do espaço social. Dessa forma, espaço e natureza enquanto materialidades e os sujeitos enquanto agentes históricos veem-se condicionados a essa lógica espoliativa de que falou Harvey (2013).

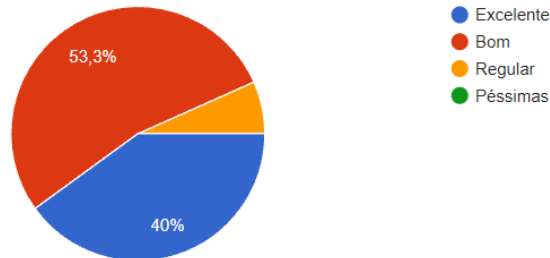
Um elemento, porém, não pode ser relativizado no contexto da criação das praias artificiais em Altamira-PA. Trata-se da forma com que o discurso propalado pela empresa concessionária de Belo Monte capilariza-se no tecido social da cidade. Sobre isso vejamos os dados do gráfico 02.



Gráfico 02- Usuários da Praia artificial da Orla

Tendo por base as recentes mudanças realizadas nessa praia como a colocação de boias, a construção de entradas (rampas) em locais específicos para acesso à praia. Como você avalia essas intervenções?

15 respostas



Fonte: pesquisa de campo (2021)

A relação de causa-efeito a que nos referimos concretiza-se quando mais de 90% dos entrevistados consideram a criação da praia artificial da orla de Altamira como sendo ou bom ou excelente. Na prática, a criação das chamadas praias artificiais configuram-se em intervenções revestidas de externalidades, cuja materialidade acelera em demasiado determinados processos como o que destacamos na ruptura da dinâmica rio-praia-vegetação primária.

Ainda assim, notamos que espacialidades como as praias artificiais, configuram-se não apenas como elementos estetizantes de uma ordem racional, são antes a própria expressão material e discursiva dos grandes objetos técnicos que, na Amazônia, viabilizam a reprodução ampliada do capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutirmos o fenômeno do lazer como nexos do cotidiano, fica evidente a necessidade de considerá-lo de forma interdependente e historicamente situado. Ao considerarmos a análise a partir de uma cidade Amazônica convém admitirmos as manifestações do lazer para além da dimensão aparente. Em cidades como Altamira-PA, as espacialidades estão marcadamente subordinadas a dimensão hegemônica do capital cuja expoência material são os grandes objetos técnicos, a exemplo da UHBM.

Essa constatação, porém, não pode afastar da análise as singularidades que coexistem a essa tendência totalizante. No que diz respeito aos espaços e as espacialidades do lazer,





admitimos uma materialidade cuja lógica revela um padrão universal, racional, ainda que consideramos outras práticas/espacialidades de lazer muito mais ligadas às insurgências.

O que esse estudo revelou foi a existência de unidade contraditória, cuja centralidade é uma oposição e uma complementariedade socioespacial. Inicialmente, há um conjunto de práticas e formas espaciais preexistentes a inserção do objeto técnico. Essas práticas e essas formas espaciais conferem singularidades aos sujeitos e ao espaço social e não, necessariamente, desaparecem com a inserção de novas espacialidades.

Por outro lado, cidades como Altamira-PA, são *locus* potenciais para a inserção de objetos técnicos (como é a UHBM). Dessa inserção, deriva um conjunto de intervenções cujo objetivo geralmente é o controle das formas-conteúdo. Tais materialidades vêm carregadas de externalidades, somadas a tentativa da anulação do que é singular ao local. Daí a construção das praias artificiais que, artificializando as formas, busca artificializar as práticas.

A partir da construção das praias artificiais em Altamira-PA inaugura-se uma nova espacialidade do lazer, constituído muito em função da ruptura de uma dinâmica vigente na maioria das cidades beira rio da Amazônia. Trata-se do padrão rio-praia-floresta que somente existe pela indissociabilidade entre essas três dimensões somada a interação dos sujeitos.

Essa ruptura, todavia, nem sempre reflete a posição dos usuários que tendem a validar como boas ou excelentes as mudanças promovidas nas espacialidades do lazer pela empresa concessionária de Belo Monte. Esse aparente paradoxo gerado no contexto da criação das praias artificiais precisa ser discutido para além de uma eventual causalidade. O lazer, primeiramente, é um direito social e sua viabilidade não deveria condicionar-se a projetos marcadamente danosos aos sujeitos e a natureza.

Finalmente, é preciso considerar as práticas e as espacialidades do lazer como materialidades históricas e processuais. Isso possibilita-nos refletir sobre esse fenômeno para além dele mesmo, buscando nas mediações e nos condicionantes históricos um entendimento mais qualificado a respeito das suas expressões. Esse exercício permite-nos problematizar a dimensão discursiva que se institui enquanto extensão das lógicas de reprodução do capital induzindo os sujeitos, muitas vezes, a ratificarem projetos sabidamente nocivos.

A discussão aqui apresentada visou problematizar as práticas de lazer numa dimensão relacional. Os espaços onde se expressam as diferentes práticas de lazer não são dimensões dadas, mas materialidades que sintetizam processos históricos e materiais. As praias artificiais, produzidas em Altamira-PA no contexto da UHBM e as diferentes práticas de lazer existentes nesses espaços, exigem, por certo, reflexões mais aprofundadas. Nesse sentido, esperamos que este trabalho forneça, de algum modo, elementos para que esse debate avance.



## REFERÊNCIAS

GOMES, C. L. Lazer – ocorrência histórica. *In:* (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 133-141.

HARVEY, David. **Os limites do capital**: tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

SANTOS, M. Lazer popular e geração de emprego. *In:* SESC/WLRA. **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2017.

LENCIONI, Sandra. Totalidad y tríades: comprendiendo el pensamiento de Lefebvre. *In:* DE MATTOS, Carlos y LINK, Felipe (ed). **Lefebvre revisitado: capitalismo, vida cotidiana y el derecho a la ciudad**. Santiago RII, editores. Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales UC, 2015, p. 57-77.

MENDES, Francivaldo José da Conceição. **Lazer em Altamira-PA: um estudo a partir do RUC Laranjeiras**. (Dissertação de mestrado 123 f). Bragança-PA, 2018.